



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
Rua João Batista Parra, 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

TERMO

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente projeto foi elaborado, em cumprimento ao disposto no art. 7º c/c art. 6º, IX, ambos da Lei 8.666/93, para a contratação, através do procedimento licitatório pertinente, de Empresa Especializada na prestação de Serviços de Segurança do trabalho e/ ou Medicina do Trabalho para atendimento a demanda específica do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo.

1- DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho e/ ou Medicina do trabalho a fim de elaborar Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT nas dependências da Seção de Assistência à Saúde e Programas Sociais do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

2 - JUSTIFICATIVA:

A presente contratação visa fundamentar a decisão da Administração quanto ao requerimento de concessão de abono de permanência formulado pelo técnico de enfermagem lotado no setor médico do Tribunal que alega atender os pressupostos para sua aposentadoria especial.

Nesse sentido, é o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) o **documento que avalia as condições do ambiente de trabalho e determina se o profissional tem direito (ou não) a aposentadoria especial.**

Diante do exposto, a Administração deve aferir se estão presentes os requisitos da aposentadoria especial, sendo, portanto, indispensável à elaboração do LTCAT tanto para instrução probatória em comento como para análise e decisão do caso concreto.

À vista disso, considerando que o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, não possui profissionais habilitados para a elaboração do citado documento, faz-se necessária à contratação de empresa especializada com qualificação para tanto.

3 – DA ELABORAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT:

3.1- A elaboração e a assistência técnica ao desenvolvimento do LTCAT deverão ser realizadas por Engenheiro de Segurança do Trabalho (Engenheiro ou Arquiteto) ou por Médico do Trabalho;

3.2 - O LTCAT deverá ser elaborado para **1 (um)** servidor, técnico judiciário, área: apoio especializado – enfermagem, regido pela Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos

Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais;

3.3 - O LTCAT necessariamente deverá descrever os riscos de forma qualitativa e quantitativa, bem como declarar a ausência de riscos dando atendimento ao anexo XV da Instrução Normativa nº 77 INSS/PRES, de 21 de janeiro de 2015, quando for o caso, e obedecer ao previsto na Orientação Normativa nº 16/2013 do MPOG, quando for o caso, na legislação previdenciária (Art. 58 da Lei 8.213/91), na Instrução Normativa INSS/PRES 77/2015 e na IN RFB 971/09, artigo 291.

4-QUANTITATIVO:

Quantidade de LTCAT (unidade)	Quantitativo de pessoal a ser analisado (unidade)	Descrição do Cargo	Situação funcional (regido pela lei 8.112/90)	Local da inspeção
01 (um)	01 (um)	Técnico de Enfermagem	Técnico Judiciário - apoio especializado: enfermagem	Setor Médico

5 – DO LOCAL DE EXECUÇÃO:

5.1 - A inspeção deverá ser realizada na Seção de Assistência à Saúde e Programas Sociais - SASPS, sito à Av. João Batista Parra, 575, 5º andar do edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Vitória – ES.

6 – DO PRAZO DE ENTREGA:

6.1 - O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT deverá ser entregue em 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do instrumento contratual/recebimento nota de empenho.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual devidamente assinado ou confirmar o recebimento da nota de empenho em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo;

7.2- A não manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual/recebimento de nota de empenho implicará na cobrança de multa equivalente a 20 (vinte) % do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração;

7.2.1- O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.

7.3- Entregar o Laudo no prazo estipulado no subitem 6.1;

7.4- Entregar o mesmo pelo preço final proposto;

7.5 - Após a entrega, o laudo será conferido pelo setor competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, que atestará a sua regularidade.

7.5.1. Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido no subitem 6.1 ou a partir da

data do recebimento, pela empresa, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor;

7.6 - Apresentar todas as certidões de regularidade atualizadas, tanto no ato da entrega do serviço, quanto no ato do pagamento da respectiva Nota Fiscal/Fatura;

7.7- A Nota Fiscal/Fatura apresentada por ocasião do pagamento deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento contratual;

7.8- Cabe a CONTRATADA, além do previsto e exigido pela Legislação vigente:

7.8.1 - Garantir que o profissional cumpra os requisitos técnicos de formação acadêmica e que detenha o pleno conhecimento para execução da atividade prevista no objeto deste termo de referência, responsabilizando-se de, quando solicitado pelo TRE/ES, apresentar o comprovante referente à formação profissional do envolvido com o objeto deste certame, bem como garantir a regularidade de inscrição em seu respectivo conselhos de classe;

7.8.2 - Os referidos documentos devem ser apresentados no prazo de até 02 (dois) dias úteis da solicitação, em atenção ao Gestor do Contrato (Titular ou Substituto), sujeitando a CONTRATADA às penalidades estabelecidas contratualmente, no caso de ser constatada qualquer irregularidade quanto à qualificação requerida para os profissionais/entidades.

7.8.3 – Apresentar, no ato de entrega do laudo, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico do serviço objeto deste certame, na forma da legislação vigente. Caso o laudo seja elaborado por um Arquiteto especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho deverá ser apresentada a RRT (Registro de Responsabilidade Técnica);

7.8.4 – Obedecer às normas e especificações na forma da Lei;

7.9 - Manter a mesma qualificação jurídico-fiscal utilizada durante o procedimento licitatório;

7.10 - A Contratada fica vinculada aos termos da proposta e sua recusa na manutenção da mesma e recusa na assinatura das vias contratuais constitui infração, sujeita à penalidade.

8 – DA PROPOSTA:

8.1 - Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

9 – DO PAGAMENTO:

9.1 - A contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente ao recebimento definitivo/aceite do material, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida à ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93;

9.2 - A contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

9.3 - A contratante confirmará se a contratada consta/permanece inscrita no Simples Nacional através de consulta ao portal do Simples Nacional para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (alterada pela IN RFB 1.540/2015), sem prejuízo de a contratada informar imediatamente à contratante qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional. Caso não se confirme a permanência da

contratada no Simples Nacional, esta ficará sujeita à retenção de impostos e de contribuições, de acordo com a referida Instrução Normativa.

10 – DAS PENALIDADES:

10.1 - Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações deste instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Valor de incidência da multa
Atraso na entrega	0,5%	10	10%	Objeto em atraso
Atraso na substituição	0,5%	10	10%	Objeto em atraso
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual/confirmação de recebimento de nota de empenho	-	-	20%	Total da proposta
Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,5%	10	10%	Objeto em atraso
Inexecução total ou parcial	-	-	30%	Objeto inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-	-	0,5%	Total do contrato

a) Pelo atraso injustificado na conclusão do serviço e/ou na entrega do laudo, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **0,5%** (meio por cento) sobre o valor do objeto em atraso, até o 10º (décimo) dia, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento);

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30%** (trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de **0,5%** (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor do contrato.

10.2 - O atraso superior a 10 (dias) dias na conclusão do serviço caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b” do item 10.1.

10.3 - Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o serviço poderá ser recebido no prazo suplementar de até 10 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 10º (décimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a” do item 10.1.

10.4 - A solicitação de prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, na forma do parágrafo anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

10.5 - As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

10.6 - A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

10.7 - Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

10.8 - As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

10.9 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

10.10 - A contagem do prazo estabelecido na alínea “a” do item 10.1 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso da conclusão do serviço, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

10.11 - A contagem do prazo estabelecido no item 10.3 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea “a” do item 10.1, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

10.12 - A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA NOGUEIRA FIGUEIREDO**, Técnico Judiciário, em 03/04/2020, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SARAH REGINA MEIRELLES PEREIRA**, Analista Judiciário, em 03/04/2020, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0347487** e o código CRC **540B859D**.

